

Artigo

## O desenvolvimento regional e o papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Regional development and the role of the Superintendence of the Development of the Northeast

Dayane Rodrigues Simões<sup>1</sup>, Wallace Ruan Nobre Pereira<sup>2</sup>, Artur Vitor Meneses Batista<sup>3</sup>, Roberta Leonor Barros Bezerra<sup>4</sup>, Emily de Oliveira Silva<sup>5</sup>, Patrícia Fernandes Forny<sup>6</sup>, Francisco Ricardo Resende da Nóbrega<sup>7</sup>, Hellita do Nascimento Fernandes<sup>8</sup> e João Marcos Batista Gomes de Araujo<sup>9</sup>

<sup>1</sup>Advogada, graduação em Direito e pós-graduada em Processo Civil pela Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, Paraíba. E-mail: drs\_dayane@hotmail.com;

<sup>2</sup>Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. E-mail: walaceruan14@gmail.com;

<sup>3</sup>Graduado em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, Paraíba. E-mail: arturvitormb@gmail.com;

<sup>4</sup>Doutora em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA), Buenos Aires, Caba, Argentina. E-mail: robertaleonor@yahoo.com.br;

<sup>5</sup>Graduada em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande. Advogada. Pós-Graduada em Direito Previdenciário e Trabalhista pela OAB/ESA. E-mail: oliveiraemilly18@gmail.com;

<sup>6</sup>Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Direito Público e Privado pela Faculdade Ateneu e Delegada de Polícia Civil. E-mail: patricia.forny@gmail.com;

<sup>7</sup>Nutricionista graduado pela Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba. Especialista em Obesidade e Emagrecimento pela Universidade Gama Filho – SP, Nutricionista na Policlínica de Sousa-PB, Professor nos cursos de Nutrição e Educação Física na Faculdade Gilgal, Sousa, Paraíba. E-mail: ricardoresendenutri@gmail.com;

<sup>8</sup>Pedagoga, Assistente Social e Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, Paraíba. E-mail: hellitanascimento2@gmail.com;

<sup>9</sup>Médico formado pelo Centro Universitário Santa Maria, Cajazeiras, Paraíba. E-mail: joamarcusbg@hotmail.com.

Submetido em: 01/11/2024, revisado em: 07/11/2024 e aceito para publicação em: 08/11/2024.



**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo avaliar de forma preliminar as contribuições da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste, verificando as ações realizadas no período de atuação, bem como os benefícios ocasionados através dos projetos que buscavam fortalecer o desenvolvimento social e econômico de municípios. Referente a metodologia, realizou-se uma revisão de literatura a partir da Análise Temática de Minayo, em desdobrou-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos. Sendo assim, desenvolveu-se uma revisão acerca do tema a partir de busca de manuscritos nas bases de dados no Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico, Banco de Teses USP, Banco de Teses e dissertações da UnB e Biblioteca Digital da Unicamp. Utilizaram-se as seguintes palavras-chave: “SUDENE”; “Desenvolvimento Regional”, “Nordeste” e “Políticas Públicas”. A partir da análise dos resultados, verificou-se que a SUDENE contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do Nordeste, especialmente na convivência com as secas, alinhando as políticas nacionais de desenvolvimento, acabando com a ideia do Nordeste como região receptora de recursos assistenciais, sem viabilidade de integração no cenário nacional, bem como com a ideia de que o Nordeste não tinha recurso natural para promover o desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Planejamento; Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Nordeste.

**Abstract:** The present article aims to preliminarily evaluate the contributions of SUDENE to the development of the Northeast, verifying the actions taken during the period of operation, as well as the benefits caused through projects that sought to strengthen the social and economic development of municipalities. As to the methodology, a literature review was carried out based on Minayo's Thematic Analysis, which was divided into the pre-analysis, material exploration or codification, and treatment of the obtained results. Thus, a review about the theme was developed from the search of manuscripts in the databases of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES); Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar, USP Thesis Bank, UnB Thesis and Dissertations Bank, and Unicamp Digital Library. The following keywords were used: "SUDENE"; "Regional Development", "Northeast" and "Public Policies". From the analysis of the results, it was verified that SUDENE contributed significantly to the development of the Northeast, especially in coexistence with the droughts, aligning national development policies, putting an end to the idea of the Northeast as a region receiving welfare resources, with no viability of integration on the national scene, as well as the idea that the Northeast had no natural resources to promote development.

**Keywords:** Sustainable Development; Environment; Public Policies.

## 1 INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro possui uma realidade marcada por dificuldades, tanto no que se refere aos aspectos geofísicos, quanto à ocupação humana e à exploração dos seus recursos naturais. Historicamente, a ocupação dessa região se deu através da formação das grandes fazendas de gado para o fornecimento de carne, couro e áreas produtoras de cana-de-açúcar, bem como a pecuária, produção de alimentos para subsistência e o cultivo do algodão (Silva, 2003).

Verifica-se pelas atividades econômicas, a coexistência de áreas tradicionais ou estagnadas de plantios de sequeiro e as áreas de modernização intensa de plantios irrigados. Consequentemente, no início, o não conhecimento do contexto do semiárido, pela falta de pesquisas científicas e órgãos relacionados ao desenvolvimento regional, teve como consequência o emprego de práticas agrícolas não adequadas, ocasionando os problemas ambientais (Sobral, 2011).

Dessa forma, além da característica da região que corrobora com o complexo cenário referente aos recursos hídricos, como solo pedregoso, vegetação escassa e de pequeno porte, bem como o clima que é marcado pela baixa umidade, alta temperatura, elevada incidência de radiação solar, pouco volume pluviométrico, deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas, presença de solos pobres em matéria orgânica e prolongado período seco anual, ainda foi praticado, por muito tempo, métodos e técnicas que corroboraram com a seca no Nordeste (Zanella, 2014).

Além disso, além dos problemas referentes aos recursos hídricos, o Nordeste possuía a necessidade de avançar no processo de industrialização e se tornar menos dependente das atividades exportadoras. Outrossim, a região possuía um grande atraso em comparação com os demais Estados, tendo como fator a rigidez fundiária e a estagnação do setor agrícola, que estava assentado na ausência de uma estrutura produtiva que agregasse valor. Dessa forma, havia o interesse do Governo no processo de substituição regional de importações e utilização de poupança extrarregional (Cavalcante; Feitosa, 2019).

Para enfrentar as problemáticas relacionadas a seca, desemprego, êxodo rural e buscar o desenvolvimento fundamentado no processo de industrialização, foi criado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em que a finalidade principal era promover e coordenar o desenvolvimento do Nordeste, região que compreendia, na época que foi criada, os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e uma parcela de Minas Gerais, que era caracterizada como o “Polígono das Secas” (Travassos; Souza; Silva, 2013).

Dessa forma, neste estudo, será dado o enfoque a importância da SUDENE no Desenvolvimento Regional, buscando apresentar as principais ações e políticas da autarquia federal e o desenvolvimento social, econômico e ambiental. A pesquisa se justifica pela necessidade de abordar tal temática, ao qual é tida como sendo importante no contexto da convivência no semiárido, possuindo um enfoque ambiental, social, econômico, jurídico e acadêmico.

O objetivo geral do estudo proposto foi avaliar de forma preliminar as contribuições da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste, verificando as ações realizadas no período de atuação, bem como os benefícios ocasionados através dos projetos que buscavam fortalecer o desenvolvimento social e econômico de municípios, através de uma revisão bibliográfica utilizando a Análise Temática de Minayo.

Cumpre observar, preliminarmente, que o referido trabalho se encontra dividido ao longo de quatro capítulos. No manuscrito, foi apresentado a metodologia utilizada e os aspectos iniciais sobre o contexto do semiárido nordestino, para melhor situar o leitor sobre esta pesquisa e, posteriormente, foi apresentado o surgimento e evolução da SUDENE, bem como sua importância para o desenvolvimento nordestino.

## 2 METODOLOGIA

Conforme caracteriza Scaletsky (2010), do ponto de vista da natureza, esse trabalho trata de uma pesquisa aplicada, no qual tem como finalidade provocar conhecimentos para a aplicação prática orientada à solução de objetivos específicos.

No que se refere a abordagem, é uma pesquisa qualitativa, isto é, “não utiliza modelos matemáticos e/ou de aplicações estatísticas, mas da interpretação de textos, sons, imagens e até de linguagem não verbal” (Paiva Júnior; Leão; Mello, 2011, p. 191).

Analisando os objetivos essa pesquisa é exploratória, ou seja, as informações são geralmente qualitativas e não há possibilidade de outros tipos de dados, em que o pesquisador interage diretamente com o objeto de estudo, alterando-o (Tonetto; Brust-Renck; Stein, 2014).

Em relação aos procedimentos técnicos é do tipo revisão de literatura. É um método prático de grande valia, já que este otimiza tempo e o pesquisador em alguma das vezes não têm tempo para realizar a leitura de todo o conhecimento científico disponível devido ao volume alto, e com isso dificulta a realização da análise crítica dos estudos (Lakatos; Marconi, 2015).

Sendo assim, para a realização desta pesquisa, a primeira etapa foi a organização do problema a ser pesquisado, para posteriormente avaliar e aplicar todo o máximo do material bibliográfico disponível, uma vez que o tema deve conter relevância tanto teórica como prática e proporcionar interesse de ser estudado.

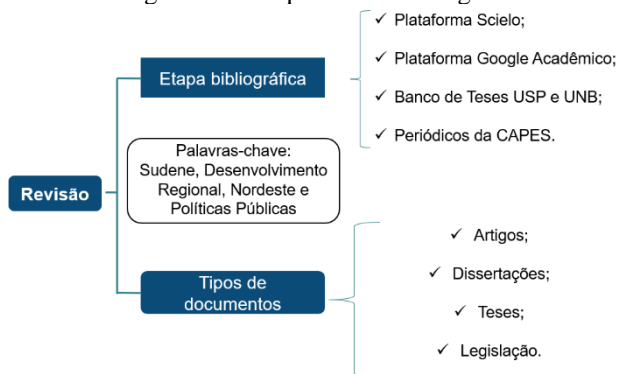
A revisão bibliográfica foi realizada utilizando trabalhos científicos acerca do tema, por meio das bases de dados Google Acadêmico, Banco de Teses USP, Banco de Teses e dissertações da UnB, Biblioteca Digital da Unicamp e Portal de Periódicos da CAPES.

Para organizar as informações dos trabalhos selecionados da base de dados, foi utilizada a leitura flutuante dos títulos e resumos dos trabalhos bem como os resultados apresentados. Utilizaram-se as seguintes palavras-chave para a pesquisa dos documentos: “SUDENE”; “Desenvolvimento Regional”, “Nordeste” e “Políticas Públicas”.

Como fatores de inclusão, foram utilizados os dados obtidos através de publicações em forma de artigos,

TCC, Dissertações e Teses, bem como leis acerca do tema. Como fatores de exclusão: artigos que não contemplem o objetivo de pesquisa, artigos em duplicidade.

Figura 1 — Esquema metodológico



Fonte:elaborado pelo autor (2022).

Os resultados desta pesquisa geraram um conjunto inicial de documentos, que filtraremos os resultados iniciais da pesquisa a partir da leitura do título e do resumo. Todos os artigos encontrados, relacionados ao tema, foram incluídos na análise, independentemente de ser o assunto principal do artigo ou apenas mencionado no resumo.

A ordem de prioridade para a escolha de trabalho foi: (i) artigos publicados em periódicos internacionais; (ii) artigos publicados em periódicos nacionais reconhecidos; (iii) livros publicados por bons editores; (iv) teses e dissertações; (v) anais de conferências internacionais; (vi) anais de conferências nacionais.

Foi utilizado a Análise Temática de Minayo, no qual se desdobra nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos, visando dá uma resposta aos objetivos para que foi feito o trabalho.

A etapa da pré-análise consiste na escolha dos documentos a serem analisados e na retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa. O investigador deve se perguntar sobre as relações entre as etapas realizadas, elaborando alguns indicadores que o orientem na compreensão do material e na interpretação final

Na segunda etapa da exploração do material ou codificação: Será realizado uma exploração do material que consiste necessariamente numa operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto.

A terceira etapa consiste no tratamento dos resultados obtidos, onde o analista propõe deduções e realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugeridas pela leitura do material (Minayo, 2014).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 O CONTEXTO DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

O Nordeste foi a primeira região do Brasil a ser colonizada, onde foi iniciada em 1532 com a produção de

cana-de-açúcar. A úmida floresta tropical costeira ou mata deu lugar a cana-de-açúcar que floresceu no famoso solo negro e rico conhecido como *massape* (Manduca, 2018).

A economia também era abastecida de produtos agropecuários produzidos no semiárido nordestino por camponeses pobres. A pobreza era intensificada pelas graves secas na época, a qual havia a falência dos setores de abastecimento, problemas de migração, aumento da violência no campo e na cidade, bem como a mortalidade pela fome, principalmente nos centros urbanos (SOUSA, 2017).

Outra atividade econômica amplamente utilizada no interior era a criação de gado. Porém, historicamente, essa atividade econômica sofreu muitas dificuldades pela falta de água. O sertão sofreu com as secas periódicas, algumas gravidades catastróficas, como as de 1744, 1790, 1846, 1877, 1932, 1951 e 1958 (Marengo, 2010).

Posteriormente, com o desenvolvimento da indústria açucareira no Caribe, os preços mundiais do açúcar caíram acentuadamente na última metade do século XVII e continuou em um nível baixo ao longo do século XVIII, causando um declínio na economia da qual o Nordeste nunca foi totalmente recuperado.

Sendo assim, o declínio da indústria açucareira esteve relacionado com a formação da população do Nordeste e de sua precária economia de subsistência - um fator básico do problema econômico brasileiro em períodos posteriores (Abreu, 2010). Sendo assim, conforme explica Sousa (2017, p. 146):

Sem o suporte colonizador do estado português e devido às condições naturais adversas, não teria havido um processo de colonização de forma adaptada às condições naturais. Isso explicaria a sua condição de economia subdesenvolvida que se acentuaria no século XX.

Houve a necessidade de realizar mudanças na economia, onde se destacou o algodão e, posteriormente, a indústria têxtil, mas enquanto isso o fulcro econômico, industrial e político do país se mudou para o Centro-Sul.

O ápice do algodão nordestino ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, devido a concessões dadas pelas autoridades imperiais para quem fazer-se instalar fabricas têxteis no país. A Guerra de Secessão americana que prejudicou as remessas do produto para a Inglaterra, no qual se direcionou para o algodão brasileiro, de boa qualidade, principalmente os das províncias de Alagoas e Pernambuco (Oliveira, 2018, p. 2).

Nesse período, houve diversas intervenções governamentais no semiárido brasileiro contra as secas. A partir desse momento, a falta de chuvas passou a ser considerada como um problema social e econômico.

No entanto, as primeiras políticas de combate à seca foram marcadas por obras hidráulicas (construção de

açudes e barragens). Pois, acreditavam que as dificuldades da área eram apenas físicas e, dessa forma, a solução era desenvolver projetos de engenharia por meio da construção de grandes reservatórios (Silva; Mota, 2019).

A partir da metade do século XX, a implantação de projetos agrícolas de irrigação, alguns deles associados ao assentamento de agricultores, assumiu um papel de destaque. Não havia condições para que tal estratégia prosperasse como uma fórmula amplamente disseminada, já que o custo e os impactos ambientais seriam elevadíssimos.

Silva e Mota (2019) complementa ao afirmar que nesse mesmo período, surgiu um novo entendimento acerca de como enfrentar o problema das estiagens no Nordeste, tendo em vista que os problemas da região não eram apenas físicos, mas sociais, em que a solução deveria se dar pelo aumento da renda, do emprego e da produção. Para isso, foi criado o Banco do Nordeste, bem como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN),

Buscando diminuir a dependência da agricultura, buscou-se a modernização econômica através dos polos agroindustriais, constituindo um novo modelo produtivo. Processo esse resultado da combinação de três elementos principais: as condições físico-climáticas favoráveis, os investimentos tecnológicos para o desenvolvimento da fruticultura irrigada e a intensa participação do setor público (Silva, 2003).

Na década de 80, o contexto foi sendo alterado, em que buscou a inovação e alternativas sustentáveis de desenvolvimento do semiárido brasileiro. Destacou-se a atuação de organizações não-governamentais (ONGS), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em que passaram a desenvolver propostas e a experimentar alternativas baseadas na ideia de que é possível e necessário conviver com a falta de chuvas, a partir da tecnologia e os bons métodos até então existentes.

Na década de 1990, foi criado a Articulação do Semiárido (ASA), em que lançou a Declaração do Semiárido, assegurando que a convivência com as condições do semiárido brasileiro é viável, bem como apresentou uma diversidade de propostas baseadas em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; e a quebra do monopólio de acesso à terra e à água (Diniz; Lima, 2017).

### 3.2 CRIAÇÃO, EVOLUÇÃO E IMPORTÂNCIA DA SUDENE PARA O DESENVOLVIMENTO NORDESTINO

O semiárido nordestino é uma região marcada por grandes e severas secas. Com isso, objetivando combater os efeitos dramáticos, se inicia a intervenção governamental na região através de políticas públicas, no final do século XIX.

Durante o século XX, foram elaboradas uma diversidade de políticas e ações com finalidade de desenvolver a área das secas, tais como a criação de órgãos governamentais como o Departamento Nacional de Obras

Contra as Secas (DNOCS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CVSF), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Banco do Nordeste (BNB) e, especialmente, a SUDENE, que é alvo de interesse deste estudo (Silva; Mota, 2019).

Referente à criação da SUDENE, surgiu no contexto de existência de inúmeras dificuldades a serem enfrentadas, como a seca, o desemprego, êxodo rural e buscar o desenvolvimento fundamentado no processo de industrialização. Dessa forma, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste em 1959 pela Lei nº 3.692, promulgada pelo então presidente Juscelino Kubitschek (Cabral, 2018).

Surgiu através de recomendações contidas em um relatório de Celso Monteiro Furtado, um economista brasileiro e intelectual que se destacou ao longo do século XX. O governo buscava explorar a questão do desenvolvimento no Nordeste, uma região com uma longa história de secas, fome, miséria e um exemplo notável de desequilíbrio econômico regional.

Furtado entendia que o principal problema do Nordeste era a fragilidade da agricultura. A região da Zona da Mata possuía terras mais fecundas, foi cultivada à cana-de-açúcar, em que a economia era voltada à exportação.

Era formada por grandes propriedades, logo, havia uma elevada concentração do excedente econômico em poucas famílias da região. Outrossim, a concentração industrial no Centro-Sul do país inutilizava as relações de troca do Nordeste, desenvolvendo uma condição de subdesenvolvimento regional dentro do Brasil (Torres, 2019).

Logo, Furtado afirmava que havia necessidade de criar um órgão para a elaboração de políticas de desenvolvimento regional do Nordeste, bem como sugeria que a questão regional fosse tratada como prioridade nacional, objetivando promover o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste a partir de ações planejadas do governo federal (Torres, 2019).

Em 1961, um sistema de incentivos fiscais, posteriormente modificado de tempos em tempos, e geralmente conhecido como Artigo 34/18, foi introduzido no Congresso pela SUDENE como parte de seu Plano Diretor para o desenvolvimento do Nordeste, e após uma severa luta legislativa, tornou-se lei (Pinto, 2020).

O art. 2º, da lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959 tratava dos objetivos da autarquia federal, que são:

- a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento;
- c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor;
- d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste (Brasil, 1959).

No art. 7º, a referida lei apresenta que as funções da SUDENE estão fundamentadas em:

- a) examinar e encaminhar com o seu parecer, ao Presidente da República, proposições que se relacionem com os problemas do desenvolvimento do Nordeste ou que estabeleçam recursos específicos para aplicação nessa região;
- b) controlar, sem prejuízo das atribuições deferidas a outros órgãos, os saldos das dotações orçamentárias, créditos especiais, financiamentos e contas bancárias especiais dos gestores de projetos constantes do plano diretor, através dos elementos fornecidos pelos órgãos executivos;
- c) fiscalizar o emprego dos recursos financeiros destinados especificamente ao desenvolvendo do Nordeste, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas.
- d) sugerir, relativamente à região e em articulação com o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para as providências legislativas que se fizerem necessárias, a criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos, tendo em vista a capacidade ou eficiência dos mesmos, sua adequação às respectivas finalidades e, especialmente, a parte que lhes competir na execução do plano diretor;
- e) praticar todos os atos compreendidos em suas finalidades (Brasil, 1959).

Durante todo o período, a SUDENE sofreu diversas alterações, que seguiu o contexto da época. De acordo com Arruda (2011, p. 24):

A Sudene original, ou histórica, de Celso Furtado, desde sua fundação até abril de 1964; a Sudene do Governo Militar, de maio de 1964 a abril de 1985; a Sudene da redemocratização, de 1985 a 2001; a Sudene fantasma, desde sua extinção formal, em maio de 2001, até os dias de hoje.

A SUDENE, antes do período do regime militar, se consolidou como uma importante experiência de planejamento regional no país. Foi criada sob influência das teorias elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em que o método de pesquisa se fundamentava no método histórico dedutivo com bases no estruturalismo, em que a finalidade era “a inserção internacional e os condicionantes internos (as estruturas) das economias nacionais, a partir de uma concepção que opõe economias centrais e periféricas” (Costa, 2019, p. 8).

Posteriormente, o Golpe Militar de 1964 promoveu reestruturações intensas no Brasil e impossibilitou o desenvolvimento regional, proporcionando à Sudene cortes significativos em sua capacidade de implementar ações e políticas. Vale ressaltar

que a SUDENE não foi extinguida naquele momento, ou seja, resistiu ao período ditatorial.

Esse período alterou a Sudene, em que os problemas do Nordeste passaram a ser alinhados aos problemas econômicos, sociais e políticos dos militares, ou seja, foi prevalecido os projetos do “Brasil Potência”. O regime militar concentrou todas as decisões da Sudene, retirando suas prerrogativas de planejamento e repassando para outras instituições (Colombo, 2018).

Outrossim, a Sudene deixou de ser vinculada à Presidência da República, ficando integrada ao Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais (MECOR). Além disso, Celso Furtado foi embora do Brasil, afastando-se do cargo de superintendente, que fora ocupado por militares (Colombo, 2018).

A SUDENE, no período do regime militar, sofreu por forte intervenção da máquina burocrática estatal, bem como perdeu a ligação direta com a presidência da República e passou a se vincular a uma secretaria do Ministério do Planejamento. Em 2001, a SUDENE foi extinguida por Fernando Henrique Cardoso, substituindo por Agências de Desenvolvimento (Brasil, 2018).

Posteriormente a extinção da SUDENE, o Governo criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), que se diferenciava da SUDENE pela não atomização de poder realizar renúncia fiscal como maneira de apoiar projetos de investimento.

Em 2007, a SUDENE foi recriada por Luis Inácio Lula da Silva através da Lei complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, que instituiu na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória no 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências (BRASIL, 2007). O Art. 4 da referida Lei apresenta as competências da SUDENE, que são:

- I - definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- II - formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;
- III - propor diretrizes para definir a regionalização da política industrial que considerem as potencialidades e especificidades de sua área de atuação;
- IV - articular e propor programas e ações nos Ministérios setoriais para o desenvolvimento regional, com ênfase no caráter prioritário e estratégico, de natureza supra-estadual ou sub-regional;
- V - articular as ações dos órgãos públicos e fomentar a cooperação das forças sociais representativas de sua área de atuação de forma

a garantir o cumprimento dos objetivos e metas de que trata o inciso I do caput deste artigo;  
VI - atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, visando a promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos §§ 1o e 7º do art. 165 da Constituição Federal;  
VII - nos termos do inciso VI do caput deste artigo, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, assessorar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por ocasião da elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas para sua área de atuação;  
VIII - apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais, culturais e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;  
IX - estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação, conforme definição do Conselho Deliberativo, em consonância com o § 2º do art. 43 da Constituição Federal e na forma da legislação vigente;  
X - promover programas de assistência técnica e financeira internacional em sua área de atuação;  
XI - propor, mediante resolução do Conselho Deliberativo, as prioridades e os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na sua área de atuação, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;  
XII - promover o desenvolvimento econômico, social, cultural e a proteção ambiental do semiárido, por meio da adoção de políticas diferenciadas para a sub-região (Brasil, 2007).

Dessa forma, atualmente, a Sudene possui como atribuições e a formulação de planos e diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação e o apoio, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais. Além da responsabilidade da entidade na promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e a preservação dos recursos naturais do semiárido através da adoção de políticas públicas (SUDENE, 2017).

Nos anos 1950, as políticas da SUDENE demarcaram as suas medidas para superação do subdesenvolvimento através do crescimento econômico, ou seja, através da implantação de indústrias e atividades que geram valor de mercado (Gumiero, 2019).

Nesse período, foi encaminhado ao Congresso Nacional, o primeiro tema de debate político relacionado a SUDENE, que foi o Primeiro Plano Diretor. O I Plano Diretor, como foi elaborado em 1961, antes da crise

política e ao Golpe de 1964, buscava o desenvolvimento da infraestrutura nordestina (Barros; Souza, 2018).

O I Plano possuía quatro diretrizes: a sistematização dos investimentos em matéria de transportes, o aumento da capacidade de energia elétrica, o aproveitamento dos recursos humanos e a reestruturação da economia rural. Destacou-se também a busca da industrialização, a colonização do Maranhão, a criação de uma reserva alimentar de emergência e o levantamento dos recursos minerais (Cardozo, 2018).

De acordo com Barros e Souza (2018), o segundo plano, por sua vez, estava focado em buscar a direção da política econômica tomada pelo Programa de Ação Econômica do Governo, combinando a retração fiscal e o arrocho nos investimentos. Buscava-se a concentração nas economias externas relacionadas ao setor privado, nas pesquisas relacionadas com os recursos naturais do Nordeste, e na promoção da iniciativa privada voltada ao mercado externo.

O III Plano estava voltado para o planejamento de gastos programados sem o teor retroativo, bem como apresentava os valores programados aos diversos setores identificados pela SUDENE como fundamentais a promoção do desenvolvimento no Nordeste para o Plano de 1966.

Ainda havia a presença de projetos de eletrificação, abastecimento de água, esgoto e construção e manutenção de rodovias. Já o IV Plano, que também foi o último, apresentava os investimentos programados com construção e manutenção de rodovias (Barros; Souza, 2018).

Posteriormente, a SUDENE substituiu os Planos Diretores por Planos de Desenvolvimento, como o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, que é um instrumento de planejamento do desenvolvimento que busca articular seis eixos estratégicos: inovação, desenvolvimento de capacidades humanas, dinamização e diversificação produtiva, desenvolvimento social, conservação ambiental e segurança hídrica e desenvolvimento institucional, indicando os caminhos das mudanças necessárias na realidade regional (Sudene, 2019).

O PRDNE busca priorizar a interiorização do desenvolvimento por meio do fortalecimento dos sistemas inovativos e produtivos locais, se baseando em dois pilares: a sustentabilidade e a revolução científica e tecnológica, abordando alternativas de financiamento (SUDENE, 2019).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, percebe-se que a pesquisa em tela buscou avaliar de forma preliminar as contribuições da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste, verificando as ações realizadas no período de atuação, bem como os benefícios ocasionados através dos projetos que buscavam fortalecer o desenvolvimento social e econômico de municípios.

Como o trabalho foi estruturado ao longo de 4 (quatro) Capítulos, cada um foi relevante para a compreensão do tema, desde o primeiro momento abordando os aspectos iniciais sobre o contexto do

semiárido nordestino, até o último capítulo, que versou sobre a criação, evolução e importância da SUDENE para o desenvolvimento nordestino.

Verificou-se que a SUDENE contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do Nordeste, especialmente na convivência com as secas, alinhando as políticas nacionais de desenvolvimento, acabando com a ideia do Nordeste como região receptora de recursos assistenciais, sem viabilidade de integração no cenário nacional, bem como com a ideia de que o Nordeste não tinha recurso natural para promover o desenvolvimento.

Vale destacar que é notório que se trata de um tema pouco abrangente na literatura, tendo em vista a pouca quantidade de estudos publicados, apresentando a potencialidade da temática para pesquisas científicas. Além disso, é importante salientar que esse estudo não finaliza a temática, tendo em vista que se trata de um tema abrangente.

Sendo assim, espera-se que o presente artigo de caráter exploratório corrobore com a literatura existente e sirva como base para futuros trabalhos sobre o tema. Como sugestão para futuros trabalhos, recomenda-se um estudo sobre a atuação da SUDENE no combate as secas e na convivência com o semiárido nordestino.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. Texto para discussão, 2010.

ARRUDA, Adalberto. A Sudene virou problema. **Algo mais**, Recife, v. 65, p.1-24, 2011.

BARROS, Rafael Aubert Araujo; SOUZA, Luiz Eduardo Simões. Revisitando as hipóteses de Manoel Correia de Andrade: a SUDENE e os planos diretores de 1961 a 1973. In: **7ª Conferência Internacional de História Econômica**, v.7, n.1, p. 1-19, 2018.

BRASIL. **Lei complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007**. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória no 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp125.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp125.htm). Acesso em 11 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L3692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3692.htm). Acesso em 11 ago. 2022.

CABRAL, Renan. 1959. Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado—oportunidade histórica e resistência conservadora. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 8,

p. 17-34, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Especial Sudam/Sudeco/Sudene - Conheça a história das três Superintendências (6' 19")**. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=hist%C3%B3ria+da+SUDENE&cvid=a3c169eec70c49bbabed4b5f25d9e717&aqs=edge..69i57.4501j0j1&pglt=43&FORM=ANNTA1&DAF0=1&PC=NMTS>. Acesso em 11 ago. 2022.

CARDOZO, Anderson. 1960. Sudene—resistência e desconfiança. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 8, p. 35-43, 2018.

CAVALCANTE, Jupiraci Barros; FEITOSA, Cid Olival. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 226-247, 2019.

COSTA, Simone Silva. Políticas de desenvolvimento econômico para o Nordeste: Do GTDN à PNDR. **Geografia no Século XXI**, v. 3, n.1, p. 8-20.

DINIZ, Paulo Cesar Oliveira; DE LIMA, Jorge Roberto Tavares. Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 22, n. 2, p. 189-207, 2017.

MANDUCA, Vanessa Carolina de Barros. **Aspectos da legislação ambiental na colheita da cana-de-açúcar no estado de Alagoas**. 2018. 68 f. Dissertação - Faculdade de Ciências Agrônomicas da Unesp, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. In: **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**, p. 314-314, 2015.

MARENCO, Jose A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semi-árido do Brasil. **Parcerias estratégicas**, v. 13, n. 27, p. 149-176, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014.

OLIVEIRA, Eric Nilson Costa. A economia do algodão no nordeste brasileiro. In: **Congresso Sergipano de História**, v.6, n.1, p. 1-18, 2018.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes; DE SOUZA LEÃO, André Luiz Maranhão; DE MELLO, Sérgio Carvalho Benício. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

PINTO, Gustavo Louis Henrique. Celso Furtado, 100 Anos: Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (1959). **Economia & história: especial Celso Furtado**, 2020.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos**, v. 8, n. 1, p. 72-87, 2015.

SCALETISKY, Celso Carnos. Pesquisa aplicada/pesquisa acadêmica—o caso Sander. **Estudos em Design**, v. 18, n. 2, 2010.

SILVA, Jennifer; MOTA, Fernando. A evolução das políticas de desenvolvimento regional no semiárido brasileiro. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, n. 27, p. 1-1, 2019.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e estado**, v. 18, p. 361-385, 2003.

SOBRAL, Maria do Carmo Martins. Estratégia de gestão dos recursos hídricos no Semiárido brasileiro. **Revista Eletrônica do PRODEMA**, v. 7, n. 2, 2011.

SOUSA, José Freitas. Um projeto autônomo de colonização para o Nordeste do Brasil (1859-1879). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 1, p. 145-161, 2017.

SUDENE. **Competências, organograma e base jurídica**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias-e-organograma>. Acesso em 11 ago. 2022.

SUDENE. **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE)**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/prdne>. Acesso em 11 ago. 2022.

TONETTO, Leandro Miletto; BRUST-RENCK, Priscila Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. Perspectivas metodológicas na pesquisa sobre o comportamento do consumido. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, p. 180-195, 2014.

TORRES, Ricardo Lobato; GOMES, Caroline Pereira; BEATRICE, Fabiane de Oliveira; CALDERARI, Egon Bianchini. Evolução institucional da Sudene: gênese, extinção e recriação. **Revista Política e Planejamento Regional**, v.6, n.2, p. 1-21, 2019.

TRAVASSOS, Ibrahim Soares; SOUZA, BI de; SILVA, AB da. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 7, n. 1, p. 148, 2013.

ZANELLA, Maria Elisa. Considerações sobre o clima e os recursos hídricos do semiárido nordestino. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 36, p. 126-142, 2014.